



COLÔMBIA

Observatório Laboral para la Educación

Desde meados dos anos 2000, a Colômbia rastreia o que acontece com cada egresso da educação superior. O caso aponta como o Brasil pode usar RAIS, Censo da Educação Superior e CadÚnico para fazer o mesmo.



SOBRE A SCINTILLA.

Inteligência e estratégia para a Educação Profissional.

A Scintilla é uma organização sem fins lucrativos especializada em Educação Profissional e Tecnológica. Trabalhamos com Secretarias de Educação, redes federais, fundações e instituições parceiras — embarcamos especialistas sêniores no time da instituição e ficamos até o resultado aparecer no sistema.

Quatro frentes cobrem a trajetória do jovem da rede pública à porta do primeiro emprego, integrando o que costuma ficar solto entre secretarias, escolas e o setor produtivo.

01

Planejamento e Coordenação

Governança intersetorial, planos plurianuais e articulação entre as agendas de educação, assistência e trabalho.

02

Ingresso e Conclusão

Busca ativa, monitoramento de trajetórias e desenhos de permanência para reduzir a evasão no ensino médio.

03

Desenvolvimento de Competências

Itinerários formativos, formação docente e avaliação alinhados às demandas do mundo do trabalho.

04

Inserção no Mundo do Trabalho

Articulação entre escolas, empresas e programas de aprendizagem, com acompanhamento de egressos.

AGENDE UMA CONVERSA

scintilla.org.br →

| | | | |
|--------|---|------------|--|
| PAÍS | Colômbia | INICIATIVA | Observatorio Laboral para la Educación (OLE) |
| ESCALA | Cobertura nacional, 535.963 títulos em 2022, séries históricas desde 2000 | | |

A pergunta é simples e quase nenhum país latino-americano consegue respondê-la. O que acontece com os egressos do sistema educacional após a formatura? Quantos se empregam? Em quanto tempo? Na área em que se formaram? Com que salário? A Colômbia, a partir de meados dos anos 2000, decidiu construir a infraestrutura de dados necessária para responder. O resultado é o Observatorio Laboral para la Educación (OLE), sistema do Ministério da Educação Nacional que rastreia sistematicamente a transição escola-trabalho de cada graduado da educação superior do país.

A lógica é administrativa, não amostral. O OLE integra dados de quatro fontes: instituições de educação superior (registros de graduação), Registraduría Nacional del Estado Civil (identificação única), Ministério da Proteção Social (vínculos formais via seguridade social) e Ministério da Fazenda (contribuições e renda). O cruzamento gera dois indicadores centrais por programa, instituição e região: a *taxa de cotizantes* (proporção de egressos vinculados ao setor formal) e o *Ingreso Base de Cotización (IBC)*, proxy do salário formal. Em 2022, o país registrou 535.963 novos títulos. A taxa de vinculação laboral formal de recém-graduados aproxima-se de 78%.

A lição para o Brasil é direta. O país forma centenas de milhares de técnicos por ano (SENAI, Institutos Federais, redes estaduais, PRONATEC) e não sabe o que acontece com eles. As bases brasileiras existem: RAIS, CAGED, Censo da Educação Superior, SISTEC, CadÚnico. Falta integração institucional. O custo de construção seria baixo. O custo da ausência — continuar investindo bilhões em EPT sem saber se funciona — é alto.

TÍTULOS (2022)

536mil

VINCULAÇÃO FORMAL

~78%

SÉRIES DESDE

2000

EGRESSOS FORA DA ÁREA

~50%

O contexto colombiano

A Colômbia passou por expansão acelerada do acesso à educação superior. A taxa bruta de matrícula saltou de cerca de 20% em 2002 para mais de 40% em 2010, impulsionada por políticas de crédito estudantil e pela proliferação de novos programas em instituições públicas e

privadas. O crescimento foi positivo em termos de acesso, mas gerou preocupações sobre qualidade e pertinência: muitos programas foram criados rapidamente, sem mecanismos adequados de garantia de qualidade ou alinhamento com demandas do mercado de trabalho.

O desemprego juvenil persiste como problema agudo. A taxa entre jovens de 15 a 24 anos supera 19%, significativamente acima da taxa geral. Paradoxalmente, a educação superior não elimina o risco. Segundo dados da OCDE de 2025, o desemprego entre jovens com educação superior (11,2%) é próximo ao de jovens apenas com ensino médio (12,1%) [5] — anomalia em relação à maioria dos países da OCDE, onde mais educação correlaciona-se claramente com menor desemprego. A diferença de 0,9 ponto percentual sugere problemas estruturais no mercado de trabalho colombiano que sistemas de informação, por si só, não resolvem.

A desconexão entre formação e mercado é evidente: cerca de metade dos graduados universitários colombianos não trabalha na área em que se formou nos primeiros anos após a graduação [4]. Em zonas rurais, o problema é ainda mais acentuado. As disparidades regionais agravam o quadro: Bogotá concentra cerca de um terço das instituições de educação superior do país. A taxa de evasão também é elevada — cerca de 46% em programas universitários e mais de 50% em carreiras técnicas e tecnológicas, chegando a 70% entre estudantes de estratos socioeconômicos baixos. Foi nesse contexto que o governo desenvolveu, a partir de 2003, o Sistema de Aseguramiento de la Calidad. O OLE nasceu como um de seus componentes.

Como o OLE funciona

A arquitetura tem três elementos: integração de bases administrativas, indicadores objetivos e disseminação pública.

INTEGRAÇÃO DE BASES ADMINISTRATIVAS

O OLE não depende de pesquisas amostrais nem de autodeclaração. Cruza quatro fontes de dados que já existem: as IES reportam graduados ao Ministério; a Registraduría Nacional del Estado Civil oferece identificação única; o Ministério da Proteção Social acompanha vínculos formais via seguridade social; o Ministério da Fazenda complementa com contribuições e renda. O cruzamento é feito por identificação individual, não por amostragem.

INDICADORES PRINCIPAIS

O OLE produz dois indicadores centrais. A *taxa de cotizantes* mede o percentual de egressos contribuindo para a seguridade social — *proxy* de vinculação ao setor formal. O *Ingreso Base de Cotización* (IBC) Estimado funciona como *proxy* do salário formal. O OLE calcula o IBC médio por programa, instituição, região e nível de formação, permitindo comparações de retorno salarial.

DISSEMINAÇÃO PÚBLICA

A partir de 2023, o OLE disponibiliza *Tableros de Indicadores* — painéis interativos para consultar indicadores por programa, instituição, nível e região. Em 2024, foram lançados os *Mapas Regionales*, que visualizam geograficamente os programas com maior número de graduados e melhores indicadores laborais em cada território.

A operação opera em articulação com outros sistemas do Ministério: o SNIES (informações sobre programas e instituições), o SPADIES (evasão e permanência) e o CNA (acreditação de qualidade). O conjunto forma um ecossistema que permite rastrear quem entra, quem evade, quem conclui e quem se emprega. Os dois grandes componentes do OLE merecem distinção. O **componente de oferta** quantifica os graduados por programa, instituição e região, cruzando com situação laboral. O **componente de demanda** busca identificar os requisitos de formação do setor produtivo. Este último é menos desenvolvido e depende de pesquisas complementares — assimetria relevante: rastrear o passado é mais simples que projetar o futuro.

A evidência

A operação acumulou cerca de duas décadas. Os indicadores formam linha densa e contam uma história mais complexa do que a narrativa de sucesso sugere.

Cobertura e escala. Em 2022, o país registrou 535.963 novos títulos de educação superior, crescimento de 2,1% em relação a 2021 [1]. A cobertura administrativa cobre virtualmente 100% dos egressos do sistema formal de educação superior, o que diferencia o sistema colombiano de iniciativas amostrais.

Vinculação formal. Os dados recentes indicam taxa próxima a 78% para recém-graduados. Pós-graduados apresentam taxas significativamente superiores [2]. Cabe contextualizar: 78% significa que 22% dos recém-graduados (1 em cada 5) não está no setor formal. Considerando que a informalidade geral colombiana é de cerca de 56%, a redução para 22% entre graduados é significativa, mas ainda representa parcela substancial em situação precária.

Articulação com SPADIES. Pesquisas indicam que o SPADIES contribuiu para redução de evasão em 0,7 ponto percentual, equivalente a cerca de 14.000 estudantes retidos no período 2005-2017, com custo estimado de USD 350 por estudante retido [3]. O número merece contextualização: 14.000 estudantes em 12 anos correspondem a aproximadamente 1.170 por ano — fração mínima dos centenas de milhares que evadem anualmente. O custo-benefício individual pode ser favorável, mas a escala do problema exige intervenções muito mais robustas que monitoramento.

Subemprego profissional. Cerca de metade dos graduados universitários colombianos trabalha fora da área de formação [4]. Esse subemprego — graduados em funções que não requerem educação superior — representa ineficiência econômica e frustração individual em massa. Após duas décadas de OLE, o desalinhamento persiste.

Limites do componente de demanda. O OLE é mais forte em rastrear o passado do que em projetar o futuro. Sem prospecção robusta de demanda, o sistema funciona como espelho retrovisor: pode induzir estudantes a escolher áreas que estavam em alta há 5-10 anos mas que podem estar saturadas quando se formarem. Após duas décadas, esse componente permanece classificado pelo próprio Ministério como menos desenvolvido.

Evidência de impacto sobre comportamento. Após duas décadas de operação, não existem estudos rigorosos demonstrando que estudantes consultam sistematicamente os dados antes de escolher cursos, que instituições de baixo desempenho perderam matrículas em resposta à publicação de indicadores, ou que a qualidade média dos programas melhorou em função da transparência. A teoria é plausível; a evidência empírica de impacto é escassa. O OLE é ferramenta útil de diagnóstico, não solução.

Diálogo com o caso brasileiro

O Brasil tem todos os ingredientes necessários para construir sistema similar. A RAIS e o CAGED registram virtualmente todos os vínculos formais de emprego no país. O Censo da Educação Superior identifica matriculados e egressos do ensino superior. O SISTEC registra cursos e matrículas da EPT. O Censo Escolar cobre o ensino médio integrado. O CadÚnico mapeia vulnerabilidade social. O Enade e o INEP geram avaliações periódicas. As bases existem.

A lacuna não é técnica. É institucional. O cruzamento entre essas bases — usando CPF como chave de identificação — permitiria responder à mesma pergunta que o OLE responde para a Colômbia: o que acontece com egressos da EPT brasileira? Em quanto tempo se empregam? Em que setores? Com que salário? Quantos trabalham na área da formação? Como varia o resultado por instituição, programa, região? Insper, IPEA e iniciativas pontuais já demonstraram viabilidade técnica. Falta institucionalização.

Quatro elementos do desenho colombiano úteis ao debate brasileiro

1. USAR BASES ADMINISTRATIVAS, NÃO PESQUISAS AMOSTRAIS

A força do OLE está em usar registros administrativos que já existem, não em construir nova infraestrutura. RAIS, CAGED, Censo da Educação Superior e SISTEC já capturam os dados necessários para o Brasil. O custo de integração é baixo. A escala é nacional desde o primeiro dia. A série histórica é contínua.

2. INDICADORES OBJETIVOS E PADRONIZADOS

O OLE produz dois indicadores simples — taxa de cotizantes e IBC — que permitem comparação entre programas, instituições e regiões. A simplicidade é virtude: indicadores complexos são mais precisos mas menos comparáveis. Para o Brasil, indicadores análogos (taxa de vinculação formal e remuneração média na RAIS) ofereceriam comparabilidade nacional imediata para egressos de cursos técnicos, tecnológicos e superiores.

3. DISSEMINAÇÃO PÚBLICA ACESSÍVEL

Os *Tableros* e *Mapas Regionales* permitem que qualquer usuário consulte os dados. A publicação por programa e instituição, com visualizações amigáveis, é o que transforma dados em política pública. Para o Brasil, integrar dados existentes em painel público nacional seria passo institucional decisivo — peça que falta para fechar o ciclo de avaliação da EPT.

4. VISIBILIDADE É NECESSÁRIA, MAS NÃO SUFICIENTE

Esta é a lição mais importante do caso. A Colômbia tem o sistema de monitoramento mais sofisticado da região e ainda assim convive com 19% de desemprego juvenil, 56% de informalidade e metade dos graduados trabalhando fora da área de formação. Políticas baseadas apenas em informação individualizam responsabilidade. O Brasil precisa pensar em integrar monitoramento a políticas industriais, de trabalho e de qualidade da oferta — simultaneamente, não sequencialmente.

A série de nove casos cobertos até aqui aponta uma sequência lógica de mecanismos institucionais. Alemanha, Reino Unido e Austrália mostram como construir o pacto tripartite e ajustar o desenho do financiamento. Egito e Marrocos mostram como ancorar a EPT em empregador específico. Canadá mostra como construir padrões nacionais por consenso entre jurisdições autônomas. Brasil/Minas Gerais mostra a articulação pré-competitiva entre empresas rivais. Coreia do Sul mostra a estratégia simbólica de reposicionamento — com seus limites de escala. Colômbia acrescenta a peça infraestrutural mais básica: a visibilidade. Sem rastrear o que acontece com egressos, nenhum dos mecanismos anteriores pode ser avaliado nem corrigido. Para o Brasil, o OLE colombiano é o caso de aplicação mais imediata da série — exige apenas integração de bases que já existem.

Notas e fontes

- [1] MEN COLOMBIA — MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL. *La educación superior impulsa el futuro laboral en Colombia: indicadores revelan oportunidades crecientes para graduados*. Bogotá: MEN, 2024.
- [2] OLE — OBSERVATORIO LABORAL PARA LA EDUCACIÓN. *Educación superior en cifras: Seguimiento del mercado laboral de los recién graduados en el país durante el 2023*. Bogotá: MEN, 2024.
- [3] ECONSTOR. *Ending the musical chairs game in higher education: How a software dashboard (SPADIES) improved information flow and educational outcomes in Colombia*. Kiel: ZBW, 2021.

- [4] OBSERVATORIO DE LA UNIVERSIDAD COLOMBIANA. *Principales problemas y retos de la educación superior colombiana*. Bogotá, 2024.
 - [5] OECD. *Education at a Glance 2025: Colombia*. Paris: OECD Publishing, 2025.
 - [6] OECD. *OECD Reviews of Labour Market and Social Policies: Colombia 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024.
 - [7] WORLD BANK. *Tertiary Education in Colombia*. Washington, DC: World Bank, 2012.
 - [8] WORLD BANK. *Expansion of Higher Education in Colombia: Bad Students or Bad Programs?* World Bank Economic Review, 2025.
 - [9] MEN COLOMBIA. *Origen del Observatorio Laboral para la Educación*. Bogotá: MEN, 2024.
 - [10] OECD. *Education in Colombia*. Paris: OECD Publishing, 2016.
-

COMO CITAR

CASTRO, F. M. *Observatorio Laboral para la Educación: datos como infraestructura de política pública na Colômbia*. Estudos de caso em EPT, n. 9. São Paulo: Scintilla, abr. 2026. Disponível em: scintilla.org.br.

PUBLICAÇÃO

Scintilla — Inteligência e estratégia para a Educação Profissional

São Paulo, abril de 2026 · Edição #009

AUTORIA

Pesquisa e redação — Francisco Mello Castro

Edição — Scintilla

DIREITOS

Distribuição livre para fins educacionais e de política pública, com atribuição. Reprodução parcial ou total permitida mediante citação da fonte.